

Declaração Política

- Presidente GPPS/A Açores, Vasco Cordeiro -

Apresentação de medidas concretas para o setor da Saúde e para a retoma da Economia dos Açores

No passado dia 16 de maio completaram-se 14 meses desde a data em que foi confirmada de forma definitiva, a existência do primeiro caso positivo de Covid-19 na Região Autónoma dos Açores. Essa confirmação foi feita pelo Instituto Ricardo Jorge, na sequência de um caso detetado aqui nos Açores.

Ao longo destes 14 meses as vidas de todos os Açorianos foram viradas do avesso. Trabalhadores, empresas, Serviço Regional de Saúde, Bombeiros, Cidadãos, Professores e Encarregados de Educação...

Julgo que é legítimo dizer-se que não houve um único setor da nossa sociedade que não tenha passado este tempo sem, de uma forma ou outra, ter sido afetado por esta pandemia.

Enfrentamos esta situação como Povo, e como Região, colocando o melhor dos esforços dos Governos que a tiveram que enfrentar, e têm que enfrentar, mas sobretudo com a determinação, a capacidade de resistência e o empenho generalizado do Povo Açoriano. O destaque aqui vai, natural e espero que compreensivelmente, para todos os profissionais que, de uma forma ou de outra, tiveram de lidar, mais diretamente quer com a pandemia, quer com os seus efeitos económicos e sociais. Mais uma vez aqui, profissionais de saúde, bombeiros, professores, trabalhadores empresários, tantos e tantos de entre nós, que de forma mais direta e mais imediata responderam presente ao apelo de todos para darem o melhor de si na luta contra uma ameaça que pairava, e paira, ainda sobre todos.

Catorze meses depois a situação que vivemos é, no entender do Partido Socialista, crítica por estes motivos:

- Por um lado e como elemento positivo o surgimento de vacinas e o início do processo de vacinação na nossa Região, mas também o surgimento de novas estirpes do vírus que constituem ameaças e fatores a requererem uma atenção particular e especial, na sua prevenção, na monitorização e no controle da sua disseminação.
- Em segundo lugar a situação quanto a nós é crítica, também, naquilo que tem a ver com o cansaço e a exaustão, compreensíveis, da sociedade

açoriana em geral e de todos aqueles que tiveram e têm que lidar com esta situação.

- Em terceiro lugar a situação é crítica pelos impactos económicos e sociais que se agravam, apesar de todas as medidas que têm sido tomadas para lhes fazer face.
- E por último, a situação é crítica, na nossa opinião, no sentido em que, a pouco e pouco, com um conjunto de medidas – algumas das quais não dependem da Região -, medidas de desconfinamento, está a fechar-se a janela de oportunidade para um controlo efetivo e mais rigoroso desta situação.

Pela importância deste assunto, o Partido Socialista entende deixar hoje, neste espaço, neste tempo, cinco propostas que nos parecem essenciais para podermos enfrentar esta situação, no sentido da melhoria que, julgo eu, todos almejamos.

A primeira destas propostas tem a ver com a área do rastreio e monitorização de casos positivos. Foi tomada uma decisão, no final do ano passado, de se considera que, sobretudo no caso da ilha de São Miguel, mas não só, havia transmissão comunitária, o que implica, e na definição da transmissão comunitária, está inerente a circunstância de se considerar que não é possível definir cadeias de contágio e cadeias de transmissão. E, portanto, o esforço centra-se noutra componente. No entender do Partido Socialista, é tempo de retomar um rastreio ao nível das cadeias de transmissão e de inquéritos epidemiológicos. O efeito que julgamos poder alcançar-se, desta forma, é a definição de medidas muito mais focadas, cirúrgicas, dirigidas especialmente às situações em que existem cadeias de transmissão e não já em termos abrangentes como, porventura, terá sido necessário.

A segunda proposta tem a ver com a vacinação. Julgamos que resulta claro que o esforço acrescido que, neste momento, a Região deve encetar se centra ao nível da nossa capacidade de operacionalização da vacinação. E, é por isso que entendemos, que deveria ser avaliada a possibilidade das farmácias dos Açores poderem administrar vacinas. O efeito que pretendemos alcançar com esta proposta, a ser concretizada, é de um aumento exponencial da capacidade de vacinação.

A terceira proposta, ainda sobre a componente da vacinação, tem a ver com a situação específica da Vila de Rabo de Peixe. Entendemos que era útil atalhar esta situação numa dupla perspetiva: Por um lado, e na sequência das notícias que dão conta de alguma resistência ao processo de vacinação, um reforço de campanhas de informação e de sensibilização, especificamente dirigidas à população da Vila de Rabo de Peixe, no sentido de demonstram a importância e a imprescindibilidade do processo de vacinação. Por outro, a definição também de um plano territorialmente delimitado à Vila de Rabo de Peixe, para um processo de vacinação em massa. Porquê e que efeito se procura alcançar com esta proposta? O facto de este ser um território da nossa Região no qual se tem revelado mais persistente a incidência do vírus Covid-19.

Em quarto lugar, e a quarta proposta, a questão relativa à retoma assistencial, naquilo que tem a ver, sobretudo, com a prioridade clara às doenças do foro oncológico, mas também às doenças do foro mental, para além de todas as outras em que o tempo é definitivo. É definitivo do ponto de vista daquilo que pode significar para a sua evolução.

E, por último, uma quinta proposta relativa à economia, com a definição de um planeamento específico para a retoma económica na nossa Região e, especial, naquilo que tem a ver com o setor turístico. A definição de calendários, de alertas, que nos parecem essenciais nesta fase, para que - num momento em que cada vez mais a evolução a nível nacional e internacional, liberta outros mercados concorrenciais com os Açores, do flagelo da pandemia, ou pelo menos, permite a abertura dos seus mercados – a Região também se possa posicionar neste setor e nesta retoma essencial.

Há neste plano da retoma económica da nossa Região, três ou quatro aspetos que, em particular, eu gostaria de salientar neste momento.

Em primeiro lugar, julgo que é necessário ter o cuidado de evitar a canibalização de iniciativas já existentes. Por exemplo, ao nível de rotas turísticas que tendo sido dirigidas para uma ilha, naturalmente que se compreende que possam existir ilhas que, fruto da sua dimensão e da importância do setor nessas ilhas, necessitam de um esforço acrescido. Mas devemos, no fundo, evitar essa canibalização de iniciativas já existentes, porque isso não resolve o problema, apenas transfere o problema de uma ilha para a outra.

Em segundo lugar, uma preocupação clara e concreta com o emprego. Os últimos dados apontam para mais de 4 mil açorianos que não têm emprego, ou seja, dito de outra forma, menos 4 mil açorianos que têm emprego neste momento e só no primeiro trimestre deste ano. É muito mais difícil, na nossa análise, na nossa opinião, a possibilidade de recuperar de uma situação de desemprego, do que se criarem as medidas que possam, mesmo com o apoio das entidades públicas, mas que possam no fundo sustentar a destruição do emprego que tem ocorrido.

Por último, julgamos que também é tempo de começar a preparar, aqui na nossa Região, o dia a seguir ao fim das moratórias. Na verdade, este é um processo, por definição temporário, que poderá levar muitas famílias e empresas dos Açores a uma situação particularmente angustiante e difícil, e julgamos que o tempo de iniciar este processo de preparação é agora.

São estas as propostas que deixamos à consideração, de forma a podermos também, como Povo e como Região, continuar a trilhar um caminho que nos liberte do flagelo sanitário da pandemia de Covid-19, mas sobretudo, que nos liberte também dos flagelos económicos e sociais que ela traz.

Disse!

Horta, 18 de maio de 2021